



O perfil das Rádios Comunitárias da região da AMOSC¹

Haline LAPINSKI²

Mariângela Alves Storniolo TORRESCASANA³
Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Resumo: Este estudo aborda a comunicação comunitária, o surgimento e disseminação desta nova alternativa pelas frequências sonoras no dial, apresentando pesquisa histórica sobre a radiodifusão comunitária a nível mundial, nacional, estadual e regional. Os princípios norteadores das emissoras comunitárias, seu papel e compromisso são evidenciados, tendo como objeto de estudo as sete rádios comunitárias em funcionamento na região compreendida pela Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC).

Palavras Chaves: comunicação, cidadania, radiodifusão comunitária.

A vontade de ter um canal de comunicação diferente, fácil, acessível e inserido no cotidiano das comunidades faz brotar uma ideia. Essa concepção germina em um solo tênue, bloqueado e vigiado pelos interesses da ditadura militar. Ao perpassar a terra, a sementinha ganha ainda mais valores e passa a crescer regada pelas essências de liberdade, cidadania, educação e cultura. Desde pequenina a nova planta incomoda o enraizamento das maiores e mesmo crescendo à parte de sua sombra, torna-se uma bela e frondosa árvore. Árvore que ultrapassa os limites da atmosfera criada e que apresenta inúmeras possibilidades de produzir maravilhosos frutos. Assim, surge a comunicação comunitária no Brasil!

A generalização da comunicação de massa incomoda]

1 Trabalho apresentado no II 1– Jornalismo do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2012. .

2 Estudante recém graduado. Curso de Jornalismo da Unochapecó. e-mail:linecris@unochapeco.edu.br

3 Orientadora do trabalho. Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Santa Maria; Coordenadora e professora do Curso de Comunicação Social da UNOCHAPECÓ. e-mail: mariangela@unochapeco.edu.br.



e instiga para a criação de uma no[va comunicação. A comunicação comunitária passa a ter papel fundamental por apresentar uma proposta diferente e ser voltada para um público também diferente. Pelas ondas do ar, ela chega a muitas comunidades e representa o simbolismo da democracia.

No Brasil, a lei que regulariza as rádios comunitárias foi outorgada em fevereiro de 1998, pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Essas emissoras surgiram justamente para se diferenciar das rádios comerciais e serem focadas para determinada comunidade. Assim, tem o intuito de atender a comunidade a que se destinam, levando a essas pessoas informações e assuntos de aspecto local. Uma rádio comunitária necessita, então, valorizar atividades sociais, educativas, artísticas e culturais.

Ao longo desta história de luta e reivindicações e depois de treze anos de regulamentação, as rádios comunitárias se disseminaram pelo território brasileiro. De acordo com o Ministério das Comunicações, (2010), em Santa Catarina são 170 emissoras e sete delas se localizam na região da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSOC). Bem-vindo as experiências desta região!

2. Comunicação Comunitária

A comunicação comunitária surgiu como uma forma de organização de grupos e de oposição a generalização imposta pelos meios massivos de comunicação. Assim, ela aparece de dentro para fora, ou seja, é uma iniciativa que parte da comunidade, que acontece pela e para a comunidade. Peruzzo (2003, p. 09) indica que “a expressão comunicação comunitária é de uso recente, certamente numa tentativa de se dar conta às transformações nesse âmbito, ou seja, da passagem de uma comunicação mais centrada



no protesto e na reivindicação e ligada aos movimentos populares para uma comunicação mais popular e de conteúdo abrangente”.

Nem comunicação alternativa, nem popular e nem local podem ser concebidas como comunitária. No entanto, a comunicação comunitária é, necessariamente, a mistura destas três, mas com amplitude maior.

A comunicação comunitária é alternativa, pois se apresenta como um meio diferenciado para facilitar o acesso do povo aos meios de comunicação, para inseri-los no processo comunicacional e, assim, democratizar a comunicação. Ela é popular, pois lida com questões populares e não objetiva lucros e, pode ser considerada local pela abordagem de assuntos da localidade e pelos limites técnicos que apresenta, como a baixa potência e o baixo alcance. Mas, vai além disso, ela representa um espaço para a comunidade e deve auxiliar na construção e formação da identidade cultural da mesma, através de valores artísticos, culturais e educativos.

Comunicação comunitária significa, segundo Vieira apud Peruzzo (2006, p.09)

“O canal de expressão de uma comunidade (independente de seu nível sócio-econômico e território), por meio do qual os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes. De ser um instrumento de prestação de serviços e formação do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local”.
(VIERA apud PERUZZO, 2006, p. 09)

Neste sentido, os meios de comunicação comunitária tornam-se parte do processo comunicativo e representantes da cidadania, desenvolvendo trabalhos em prol da comunidade e auxiliando na construção da identidade cultural da mesma. Contribuem com a cidadania, abraçando e difundido valores e transmitindo conhecimentos e aprendizados. A comunicação comunitária, realizada pelas mídias, também deve seguir estes princípios e nortear o desenvolvimento do grupo ao qual se destinam.



Desta forma, a comunicação comunitária se desenvolve no país e no mundo através de inúmeras linguagens, formas e veículos, de acordo com a região onde se localiza. Ela pode acontecer em diferentes meios, como jornais, rádios e canais de televisão comunitários, que mesmo apresentando estruturas diferentes devem conservar a mesma essência de incluir a comunidade e de produzir para ela.

3. Rádios Livres e Comunitárias

As rádios comunitárias surgem na década de setenta como formas alternativas e democráticas de comunicação e também contra a generalização dos meios massivos e comerciais. Buscam um espaço para a liberdade de expressão e nascem em meio a efervescência de movimentos e conflitos políticos e ideológicos no Brasil e no mundo. Para Luz, (2008), a principal bandeira levantada por estes movimentos era justamente contra a monopolização dos meios de comunicação. Assim, as rádios comunitárias surgem para ser um espaço de expressão não convencional.

“As emissoras comunitárias são consideradas tentativas de constituição de espaços autônomos de difusão da palavra cujas protagonistas são pessoas anônimas e desvinculadas das estruturas políticas hegemônicas, estatais e administrativas. A rádio comunitária ganha uma denominação segundo o contexto sócio-cultural e jurídico onde está inserida. Estão presentes em países latinos, europeus, asiáticos, africanos e América do Norte e tem como precursora as rádios livres”. (LUZ, 2008, p.17)

As rádios livres são experiências dinâmicas formadas e estruturadas por grupos ou movimentos populares incomodados com os trabalhos desenvolvidos pelos meios de comunicação massivos e desejosos de um espaço mais livre, onde pudessem expressar e trabalhar de acordo com os gostos e ideais de determinados grupos de indivíduos. Luz explica que, muitas vezes na América Latina, esses movimentos foram identificados como protestos sociais coletivos contra os regimes ditatoriais da época. Por isso, muitas das rádios livres pioneiras foram fechadas pelos poderes políticos.



A primeira rádio livre registrada no Brasil foi a Rádio Paranóica, em Vitória – Espírito Santo. Ela foi criada por dois irmãos, de 15 e 16 anos, em outubro de 1970 e fechada quatro meses depois por acusação de envolvimento com os grupos de esquerda. Depois desta experiência, em 1976, foi fundada a Rádio Spectro, em Sorocaba – São Paulo e a partir daí, muitas outras surgiram em território brasileiro.

O fenômeno das rádios livres se dissemina ainda mais nos anos 80 e 90 e muitas emissoras ganham vida. De acordo com Girardi e Jacobus (2009) nesta época, surgem as rádios Xilik, Vírus, Dengue, Seilá, Totó Ternura, Frívola City, Reversão, Nova Geração, Muda, Onze e Free FM.

Vistas como ameaça ao poderes do governo e da grande mídia, as rádios livres foram perseguidas e muitos queriam que sua existência fosse banida. Durante a efervescência das emissoras livres começam a surgir, gradativamente, as rádios com caráter comunitário. Mas há diferenças básicas entre estes dois modelos de radiodifusão.

“As rádios livres são emissoras que podem ou não ter cunho político, podendo ser motivadas também por intenções religiosas, pornográficas, comerciais ou simplesmente entusiásticas. Por isso, diferenciam-se das comunitárias, cujos objetivos vão além das experiências de caráter pessoal/individual e/ou isoladas do local onde se estabelecem”. (GIRARDI e JACOBUS, 2009, p.19)

Mesmo apresentando diferenças, os ideais norteadores de ambos os modelos apresentam papéis importantes para a população, pois representam um meio de comunicação alternativo e uma forma de acessibilidade das comunidades ou grupos. Por este motivo, muitas emissoras livres migraram para o caráter comunitário.

Conforme Luz (2008), o primeiro exemplo de rádio livre com fins comunitários foi a Rádio Paulicéia, de Piracicaba – São Paulo. A emissora, coordenada pelos atores Joel Cardoso de Oliveira e Naomi de Oliveira, dava oportunidade a meninos de rua para que atuassem como repórteres comunitários. “Foi nessa conjuntura histórica e política mundial que as rádios comunitárias brasileiras surgiram, inspiradas nos ideais das



emissoras livres e vinculadas aos movimentos sociais no âmbito da comunicação comunitária” (Luz, 2008, p.21).

Com ideais claros e objetivos focados, as rádios livres com fins comunitários já atuavam, mas precisavam ser regulamentadas a aí sim ser reconhecidas como comunitárias e poder desenvolver os trabalhos em prol da comunidade. Com esse propósito, houve uma mobilização que começou através da Associação Brasileira das Rádios Comunitárias (Abraço) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. O debate sobre a repressão ou legalização dessas emissoras esquentou em 1997, quando se discutia no Congresso Nacional a lei de regulamentação. Luz (2008) explica esse impasse:

“Um conjunto de organizações articuladas em torno do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) pressionava os deputados na elaboração da lei. A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), declaradamente contra as rádios comunitárias, também pressionava os parlamentares para que a lei fosse promulgada, mas não de forma democrática e sim de forma restritiva”. (Luz, 2008, p.24)

Assim, a lei 9.612, que regulamenta o exercício das rádios comunitárias no Brasil, foi outorgada em 19 de fevereiro de 1998 e estabelece que as emissoras comunitárias, em Frequência Modulada (FM) devem ser de baixa potência, com no máximo 25 watts e antena irradiadora de sinal com até 30 metros. O artigo 3º desta lei expressa que a radiodifusão comunitária, além de beneficiar a comunidade a qual se destina, tem as seguintes finalidades:

“I – dar oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
II – oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
III – prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
IV – contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
V – permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível”. (Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9612.htm)



Sobre esta lei, Girardi e Jacobus destacam parâmetros importantes para a caracterização da radiodifusão comunitária:

“Em primeiro lugar, qualquer morador da comunidade pode se associar na entidade que mantém a rádio. A rádio comunitária, na base da lei não tem e nem pode ter dono. É obrigatória a veiculação de uma programação voltada para a cultura regional, apoiando manifestações culturais, artísticas e folclóricas, tradições e hábitos sociais, serviços e atividades educacionais. Além do mais, deve funcionar com uma diretoria eleita, manter assembleias regulares e apoiar-se em um Conselho Comunitário, que deve fiscalizar a emissora. No Conselho devem estar no mínimo cinco entidades, com pessoa jurídica, que tenham suas sedes na mesma comunidade da rádio”. (GIRARDI e JACOBUS, 2009, p.30)

Detoni apud Berti (2009, p. 03) identifica que uma emissora de radiodifusão comunitária deve apresentar:

“- programação voltada para os problemas e realidades do bairro ou região, que valorize a cultura local e tenha um forte compromisso com a educação para a cidadania;
- participação direta da população ao microfone e na produção dos programas;
- participação da comunidade no gerenciamento e na definição dos programas da emissora por meio de assembleias coletivas;
- finalidade não lucrativa. Os recursos para o funcionamento da emissora são arrecadados através de apoio cultural e de contribuições da comunidade”. (Detoni apud Berti, 2009, p. 03)

Atendendo a estes pressupostos, as emissoras de rádio comunitárias contribuem com a formação de cidadãos através da possibilidade de participação no processo de funcionamento e gestão. Além disso, auxiliam na promoção da cidadania, na construção da identidade cultural da localidade a qual pertencem e no desenvolvimento local.

4. Grade de Programação

A lei de radiodifusão comunitária também especifica como deve ser a grade de programação dessas emissoras e quais devem ser os focos e objetivos dos programas veiculados. Conforme o Ministério das Comunicações:

“A programação diária de uma rádio comunitária deve conter informação, lazer, manifestações culturais, artísticas, folclóricas e tudo aquilo que possa contribuir para o desenvolvimento da comunidade, sem discriminação de raça, religião, sexo, convicções político-partidárias e condições sociais. A programação deve respeitar sempre os valores éticos e sociais da pessoa e da família, prestar serviços de utilidade pública e contribuir para o



aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas. Além disso, qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá o direito de emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações” (Ministério das Comunicações)

Giongo citando conceitos do site RBC (Rede Brasileira de Comunicação), aponta que alguns preceitos se apresentam como básicos na programação das emissoras comunitárias.

“Os programas devem buscar o aprofundamento dos assuntos, não importando o estilo. O produtor deve conhecer o assunto que está trabalhando. A abrangência também é lembrada no sentido dos programas serem feitos para todos e não somente a um público segmentado. Superficialidade não tem espaço em uma rádio comunitária, conforme a RBC, pois não há compromisso com índices de audiência como em rádios comerciais. A comunidade deve estar sempre em primeiro lugar. E, por último, antes de um programa ir ao ar deve-se fazer as perguntas: a comunidade quer esse programa? Que contribuição ele traz” (RBC apud GIONGO, 2003, p.52).

Estas características apontam para a estrutura de programação ideal para as emissoras comunitárias. Através desses conceitos é possível perceber o real papel da radiodifusão comunitária e as funções sociais que a devem nortear. Estas características de programação garantem as emissoras o caráter comunitário e fazem com que contribuam com o desenvolvimento da localidade na qual estão inseridas.

5. Rádios Comunitárias: a classificação

Silva (2008) apresenta quatro níveis de classificação para as emissoras de radiodifusão comunitária. Esta categorização leva em conta “a participação da comunidade na gestão da emissora e/ou na produção de conteúdos e a articulação da rádio com outras organizações”. As emissoras comunitárias podem ser classificadas como comunitárias propriamente ditas, mistas, particulares e confessionais.

- 1) Comunitárias propriamente ditas: são aquelas nas quais a comunidade – diretamente ou através das associações de moradores e outras entidades – participa da gestão da emissora e/ou da produção dos conteúdos veiculados.



Também conseguem relativa articulação com outras organizações atuantes no município. Nem sempre conseguem reunir, ao mesmo tempo, a participação na programação e/ou gestão (às vezes, só em uma) e a capacidade de articulação com outras entidades.

2) Mistas: são aquelas que surgiram de um projeto individual (de uma pessoa ou grupo restrito), mas possuem alguma abertura à participação comunitária; e aquelas que fizeram o movimento contrário: surgiram com pretensão de conseguir a participação da comunidade e de suas entidades, mas alcançaram esse envolvimento somente no início da experiência. Em geral, essa participação ocorre mais através do uso de algum espaço da programação do que na gestão da rádio, normalmente centralizada em uma ou poucas pessoas. Essa é a principal diferença entre a categoria das rádios mistas e das rádios comunitárias propriamente ditas, pois essas últimas possuem, em maior ou menor grau, gestão e rotina de decisão coletivas sobre a emissora.

3) Particulares: são aquelas que surgiram de uma iniciativa individual, de um grupo restrito de pessoas ou de uma entidade sem base social. Em geral, apareceram motivadas por interesses comerciais ou políticos, ou seja, a rádio é instrumento para abrir ou ampliar negócios e influências. Quando procuradas, até abrem espaço para a comunidade ou entidades, mas apenas divulgam suas notícias. A gestão e definição de conteúdos estão centralizadas em uma ou poucas pessoas.

4) Confessionais: são aquelas cuja gestão é feita diretamente e apenas por uma igreja ou cujos conteúdos são predominantemente religiosos. Em geral, são dirigidas ou vinculadas a igrejas evangélicas. Algumas tentam incluir informações gerais e até abrem espaço ou buscam uma aproximação com a comunidade, mas o



trabalho é predominantemente assistencial. Tanto no grupo das confessionais quanto no das particulares, a existência de uma associação e até a presença de mais de uma entidade, em geral, é meramente formal, uma exigência da lei de radiodifusão comunitária. (SILVA, 2008, p.76)

As primeiras assumem, com mais propriedade o caráter comunitário e possibilitam maior participação da comunidade. Já as últimas representam interesses particulares ou são compostas por entidades individuais que veiculam conteúdos direcionados aos seus ideais.

Através da classificação proposta por Silva (2008) é possível perceber que, embora o movimento tenha sido em prol da democratização da comunicação, muitas emissoras comunitárias deixam de atender aos princípios norteadores deste segmento de radiodifusão e apresentam desvios na conduta enquanto meios de comunicação comunitários.

6. Experiências comunitárias na região da AMOSC

A região de abrangência da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC) compreende 20 municípios (Águas de Chapecó, Águas Frias, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambu, Irati, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, Santiago do Sul, São Carlos, Serra Alta, Sul Brasil e União do Oeste) e sete rádios comunitárias em funcionamento.

As emissoras comunitárias desta região são: Rádio Comunitária Rainha das Águas (Águas Frias), Rádio Efapi (Chapecó), Rádio Cristal FM (Nova Itaberaba), Rádio Interativa FM (Nova Erechim), Rádio Alternativa FM (Pinhalzinho), Rádio A Voz do Povo (Quilombo) e Rádio Santiago FM (Santiago do Sul).



6.1 Rádio Comunitária Rainha das Águas

A Rádio Comunitária Rainha das Águas (RDA), localizada no município de Águas Frias, funciona, diariamente, das 06 às 22 horas, ou seja, permanece no ar 16 horas diárias. A grade de programação que preenche este espaço, segundo a direção da rádio, foi desenvolvida pela equipe de gestão levando em conta o gosto dos ouvintes. Porém, nenhuma pesquisa foi efetuada com a população para verificar estes gostos e identificar as necessidades reais da comunidade. Este fato mostra que o envolvimento da comunidade na organização e construção dos programas é limitado e que a rádio segue a linha direcionada pela equipe de gestão.

A forma de gestão desenvolvida na RDA obedece em parte os princípios estipulados pela Lei 9.612/98. A emissora é administrada pela associação denominada Rádio Comunitária Águas Frias FM, com 45 sócios, representantes de diferentes entidades municipais. No entanto, esta associação não se reúne frequentemente e, quando ocorrem assembleias, a comunidade pouco participa. Desta forma, a participação da comunidade se limita a interação com locutores, pedidos musicais e participação nos programas de entretenimento.

Através da grade de programação é possível perceber que a RDA apresenta alguns programas segmentados com músicas gaúchas, nativistas e sertanejo de bandas, mas que a participação de artistas locais é inexpressiva. Os programas que fogem destes estilos reproduzem a programação de rádios comerciais, com as músicas do momento, horóscopo, aniversariantes e resumo de novelas.

A emissora também apresenta, de segunda a sexta-feira, momentos de oração, adquiridos pela internet, que valorizam as crenças religiosas. Quanto aos aspectos educativo e cidadão, a RDA não veicula programas específicos para estes assuntos, mas



é possível encontrar registros de cidadania e mobilização junto a comunidade através dos avisos divulgados pela emissora, principalmente, nos programas Raízes da Nossa Terra (veiculado, de segunda a sexta-feira, das 06h05 às 7h) e Informativos (veiculado de segunda a sexta-feira, das 12h30 às 13h). No entanto, o espaço para difusão destes valores fica esquecido em meio a uma programação amplamente musical.

Com relação a sustentabilidade da rádio, ela não apresenta fins lucrativos e se mantém com a divulgação de apoios culturais. Além disso, a emissora presta serviço de utilidade pública e divulga os eventos comunitários.

Pelas características apresentadas na grade de programação, parece indicado classificar a RDA como uma emissora comunitária mista. Conforme Silva (2008), emissoras mistas “são aquelas que surgiram de um projeto individual (de uma pessoa ou grupo restrito), mas que possuem alguma abertura à participação comunitária [...] Em geral, essa participação ocorre mais através do uso de algum espaço da programação do que na gestão da rádio, normalmente centralizada em uma ou poucas pessoas”. Neste caso, mesmo que a RDA tenha nascido através da iniciativa da Associação Rádio Comunitária Águas Frias FM e não de um grupo restrito, ela apresenta características de emissora mista quando destina pouco espaço para a participação da comunidade. Esta participação acontece apenas através da interação nos programas da emissora e, de forma pouco expressiva na gestão e produção.

6.2 Rádio Efapi

A Rádio Efapi, única das emissoras analisadas que contou com o auxílio de uma instituição de ensino na elaboração do projeto e no período de implantação, apresenta uma grade de programação constituída por inúmeros programas segmentados e diversidade de estilos. Conforme o diretor, Mauro Postal, ela foi sendo construída com o



passar do tempo pelo coletivo, que teve a incumbência de tocar a rádio. Ele destaca que a participação da comunidade se dá a partir das entidades que fazem parte do conselho comunitário e das pessoas físicas que são sócias. “A população em geral é chamada a participar de eventos, como agora, no dia 15 de maio na festa do 5º aniversário da rádio”, declara o diretor.

O coletivo, a que se refere Postal, toca a emissora e é formado pela diretoria e conselhos fiscal e comunitário, incluindo-se aqui os sócios e representantes de segmentos sociais, bem como pastorais de igrejas. No entanto não há espaço religioso durante a programação.

Registros da promoção de cidadania e do cunho educativo são encontrados de forma mais efetiva nos programas Fique de Olho (segunda-feira, das 10h às 11h), Direto ao Ponto (terça a quinta-feira, das 10h às 11h) e Direito do Povo (sexta-feira, das 10h às 11h). Estes programas diários são no formato de entrevista, abordando temas como direitos do consumidor e direitos e deveres do cidadão, produzidos e apresentados por entidades que representam estes segmentos, aberto a perguntas da comunidade que tem suas dúvidas respondidas pelos profissionais.

Este tipo de programação informativa, cidadã e educativa dá a emissora um caráter de agente mobilizador junto a sociedade e lhe confere característica importante para sua identificação como emissora comunitária. Porém, esta identificação fica prejudicada quando se estuda o conteúdo jornalístico veiculado pela Rádiodom Efapi, porque se verifica ali pouca produção de notícias locais. A programação informativa é direcionada para informações esportivas locais e regionais, e notícias colhidas pela internet.

Das emissoras analisadas, esta é a que possui maior variedade de programação, apresentando cinco grades diferentes durante a semana. A rádio permanece no ar por 24



horas diárias também com predominância do gênero musical, sem sua contextualização, sem elementos culturais que dêem ao programa uma roupagem alinhada aos princípios de rádio comunitária.

A Rádio Efapi pode ser classificada como uma emissora comunitária propriamente dita, pois partiu da iniciativa da Associação Radiocom Efapi FM, que representa vários setores da sociedade. No entanto, ela ainda precisa contemplar muitos requisitos, como a participação da comunidade tanto na produção de conteúdos quanto na gestão, que atualmente acontece apenas nas formas de ligações e pedidos de músicas.

6.3 Rádio Cristal FM

A Rádio Comunitária Cristal FM, localizada no município de Nova Itaberaba, a exemplo das demais emissoras estudadas, apresenta programação essencialmente musical. Esta programação, no formato entretenimento, foi definida, conforme Grandó, pela diretoria da emissora e tem como base o gosto do ouvinte. Porém, não há nada que prove esta preferência porque nenhuma pesquisa foi desenvolvida junto a comunidade para identificar estes gostos. Este é um indicativo da não participação da comunidade na definição e construção da grade de programação e dos programas em si.

A equipe de gestão, reorganizada a cada dois anos, é eleita entre os sócios da Associação Rádio Comunitária Nova Itaberaba FM e contempla diferentes setores da sociedade, como clubes de mães e sindicatos. A emissora se sustenta com a arrecadação de apoios culturais que custam R\$2,00 a inserção, um valor relativamente baixo se comparado aos valores cobrados pelas rádios comerciais.

É visível, portanto, que a vasta programação musical sufoca uma das principais funções de uma emissora comunitária, o de ser agente mobilizador da comunidade. A Rádio Comunitária Cristal FM carece de programas específicos de cunho cidadão,



educativo e que valorizem o desenvolvimento cultural e artístico local. Essas observações remetem a rádio para a classificação de ser também uma emissora mista.

No caso da Rádio Comunitária Cristal FM, a característica que a define como emissora comunitária é que a iniciativa surgiu através de uma associação. No entanto, as formas de participação da comunidade apontam para as características de uma emissora mista. Essa participação se limita a pedidos musicais e interação com os locutores, via telefone ou e-mail. Sua interferência na gestão e produção da grade dos programas é insignificante.

6.4 Rádio Interativa FM

A Rádio Comunitária Interativa FM, a exemplo da Rádiorcom Efapi, pode ser classificada como uma emissora comunitária propriamente dita. Ela partiu da iniciativa de um grupo de sócios que formaram a Associação Rádio Comunitária Nova Erechim FM e a participação da comunidade, embora em escala menor, já pode ser percebida em alguns espaços da programação, sem, no entanto, atingir níveis de gestão e elaboração.

Essa participação aparece, principalmente, no programa Comunidade em Ação, veiculado aos sábados, das 9h às 11h30. Este espaço possibilita e incentiva a participação da população porque trata de assuntos locais e abre espaço para entrevistas e discussões, além de ser um espaço mobilizador e de promoção de educação e cidadania. Registros de cunho educativo e cidadão são identificados no espaço de discussão que a emissora promove e no programa, Fala Professor (sábado, das 8h às 9h), voltado para a educação municipal e estadual.

A grade de programação da Rádio Comunitária Interativa FM foi definida pela diretoria da emissora com acompanhamento do conselho comunitário. A comunidade não participou diretamente, esteve representada pelo conselho. Outra forma de



contribuição vinda da comunidade tem reflexos na sustentabilidade. Os apoios culturais veiculados garantem a sobrevivência da rádio. A emissora arrecada, por mês, aproximadamente, 14 mil reais com os apoios veiculados.

Com relação ao jornalismo desenvolvido, existem espaços para a produção e veiculação de notícias locais e os assuntos abordados tratam de informações do governo municipal, comércio, câmara de vereadores, agricultura e esporte. Já as notícias obtidas pela internet, segundo o diretor, Aloísio Gomes da Silva, são selecionadas de acordo com o nível de interesse da comunidade.

6.5 Rádio Alternativa FM

A Rádio Comunitária Alternativa FM funciona, diariamente, das 06h às 22h e tem, em sua grade de programação, os segmentos religioso, informativo e musical. Semelhante as outras emissoras, a programação musical também é predominante.

Através da grade de programação é possível perceber que, mesmo com ampla programação musical, não há produção/veiculação de programas com música ao vivo e também não há a divulgação e valorização de artistas e cultura locais. O espaço para a comunidade durante a programação está restrito a ligações e pedidos de músicas, porém aos sábados e domingos isso se altera com a inserção de membros da comunidade na produção de programas. O espaço aberto para voluntários indica o acesso direto da comunidade aos microfones e também apresenta cunho cidadão e educativo, incluindo a população no processo de fazer rádio.

A forma de gestão segue o exemplo de outras emissoras e é composta pelos sócios da Associação Rádio Comunitária Pinhalzinho FM, diretoria e conselhos fiscal e comunitário. Portanto, não há participação direta da comunidade na gestão e gerenciamento da rádio. A sustentabilidade da emissora também é assegurada com a



arrecadação de apoios culturais, que garantem uma renda média mensal de oito mil reais.

O conteúdo jornalístico veiculado pela emissora expressa caráter local, regional, estadual, nacional e internacional, sendo que muitas informações são colhidas pela internet, em sites como Terra, Globo e Record. Já as notícias locais são obtidas através de contatos telefônicos, assessorias de imprensa e sites regionais. Também é possível identificar que o esporte tem ampla abordagem na programação informativa.

Segundo a classificação de Silva (2008, p.76), é possível definir a Rádio Comunitária Alternativa FM, localizada no município de Pinhalzinho, como uma emissora comunitária mista, mas com alguns elementos importantes e que irão contribuir para sua transformação em comunitária propriamente dita mais rapidamente. Entre estes elementos estão a participação da comunidade e os espaços para voluntários.

6.6 Rádio A Voz do Povo

A Rádio Comunitária A Voz do Povo, sediada no município de Quilombo, é a única emissora estudada que está localizada no perímetro rural. Ela funciona, todos os dias, das 05h às 20h e apresenta programas de cunho musical, informativo, de valorização da cultura e promoção da cidadania.

A emissora possui uma grade de programação bem estruturada e diferente das demais rádios pesquisadas, onde muitos programas seguem o formato de radiorevistas, veiculando músicas e muitas informações. Outro diferencial é que esta emissora destina espaço significativo para a promoção da cidadania, divulgando dicas informativas durante grande parte da programação veiculada de segunda a sexta-feira e da produção e veiculação do Minuto Cidadão, que apresenta informações sobre os direitos e deveres



do cidadão. Estes espaços ratificam o cunho educativo e mobilizam a comunidade para o exercício da cidadania. Com esta filosofia, a rádio busca auxiliar na promoção da cidadania e contribuir para o desenvolvimento local.

A gestão da emissora também é feita pela diretoria, conselhos fiscal e comunitário e sócios da Associação Cultural Rádio Comunitária de Quilombo. Além disso, a emissora tem sua sustentabilidade garantida pela arrecadação de apoios culturais que, mensalmente, supera os cinco mil reais.

O conteúdo jornalístico veiculado também apresenta ênfase para as notícias locais e a comunidade ganha espaço através das entrevistas e debates promovidos pela emissora. A Rádio Comunitária A Voz do Povo pode ser enquadrada como uma emissora comunitária propriamente dita porque a comunidade é representada na associação e tem amplo espaço de participação na programação da emissora.

Das emissoras estudadas, a Rádio Comunitária a Voz do Povo é a que mais apresenta elementos da radiodifusão comunitária. Ela aborda o local, reforça os valores cidadãos, abre espaço para a comunidade, valoriza a cultura local e contempla programas educativos.

6.7 Rádio Santiago FM

A Rádio Comunitária Santiago FM está localizada no município de Santiago do Sul e é a mais nova experiência entre as emissoras estudadas. A grade de programação é formada, em sua maioria, por programação musical, com pouco espaço para informações e nenhum espaço destinado para cidadania e educação.

Através da grade de programação é possível perceber que a participação da comunidade tanto na programação quanto na gestão da emissora é inexpressiva. Também não há nenhum programa específico destinado para entrevistas, debates e



divulgação de artistas e cultura locais. A participação da comunidade se limita, portanto, a interação com locutores e pedidos musicais.

No âmbito gerencial, a equipe de gestão da emissora é composta pelos sócios da Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico Santiago, diretoria e conselhos fiscal e comunitário. A sustentabilidade da rádio também se dá através da arrecadação de apoios culturais, mas a emissora, por não ter uma estrutura sólida, ainda passa por dificuldades financeiras.

A produção e veiculação de conteúdos jornalísticos contemplam informações de caráter local, regional, estadual, nacional e internacional. As informações locais se resumem ao Informativo da Prefeitura Municipal e as demais informações são veiculadas através dos programas Panorama Agrícola e A Voz do Brasil.

Conforme a classificação de Silva (2008), a experiência de radiodifusão comunitária de Santiago do Sul apresenta características de emissora mista, porque, embora tenha surgido através de uma associação, a participação da comunidade ocorre através do uso de algum espaço da programação e este espaço parece ser praticamente inexpressivo. Desta forma, a emissora não pode ser considerada como comunitária propriamente dita, pois, ao que tudo indica, ainda apresenta poucos elementos da radiodifusão comunitária.

Considerações Finais

Através deste estudo, é possível perceber que a grande maioria das rádios comunitárias da região da AMOSC pode ser classificada como emissoras mistas porque a participação da comunidade ocorre mais através do uso de algum espaço da programação do que na gestão, planejamento e produção da rádio, normalmente centralizada em uma ou poucas pessoas.



Na grade de programação das emissoras estudadas também é possível apontar que os principais conceitos orientados para esse caráter de radiodifusão não são seguidos e que os programas muito se assemelham aos de emissoras comerciais e da comunicação de massa. Percebe-se então que a radiodifusão comunitária da região da AMOSC se aproxima mais da radiodifusão local do que da propriamente comunitária e que, mesmo algumas emissoras cumprindo mais com os conceitos comunitários do que outras, ainda há muito o que frutificar nestas experiências.

Portanto, o perfil das rádios comunitárias da região da AMOSC pode ser delineado como misto, com pouca programação direcionada ao público de abrangência, pouca valorização da cultura local, baixo comprometimento com educação e cidadania, baixo nível de participação direta da comunidade aos microfones e produção de programas e a não participação da população no gerenciamento e definição dos programas.

Referências Bibliográficas

GIONGO, Juliana Aparecida. A programação para uma rádio comunitária do bairro Efapi no município de Chapecó/SC. Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó, 2003.

GIRARDI, Ilza, JACOBUS, Rodrigo (orgs.). Para fazer rádio comunitária com “C” maiúsculo. Porto Alegre: Revolução de Ideias, 2009.

SILVA, Terezinha. Gestão e mediações nas rádios comunitárias: um ánorama do estado de Santa Catarina. Chapecó: Argos, 2008.

8.1 Referências eletrônicas

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. As rádios comunitárias no interior do Brasil e suas novas demandas regionais. Trabalho apresentado no XIV Colóquio Internacional de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, REGIOCOM 2009, Grupo de Trabalho 3 – Comunicação Regional. Artigo: Site: http://www2.metodista.br/unesco/1_Regiocom%202009/arquivos/trabalhos/REGIOCOM%2030%20%20As%20r%C3%A1dios%20comunit%C3%A1rias%20do%20interior%20do%20Brasil%20-%20Orlando%20Mauricio%20de%20Carvalho%20Berti.pdf.

Acessado em 15 fev. 2011.



LUZ, Maria Moraes Pereira da. A especificidade do jornalismo nas rádios comunitárias: a construção da notícia cidadã no contexto neoliberal. Artigo: site: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/5078>. Acessado em 15 set. 2010.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Mídia Local e suas Interfaces com a Mídia Comunitária. Texto publicado no ANUÁRIO UNESCO/ UMESP DE COMUNICAÇÃO REGIONAL. São Bernardo do Campo: Umesp, 2003
_____,. Revisando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa “Comunicação para Cidadania”, do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília – DF, INTERCOM/UnB, 6 a 9 de setembro de 2006. Artigo: site: http://www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos/radio_comunitaria_controversias_legislacao_e_repressao.pdf. Acessado em 08 fev. 2011.

8.2 Sites consultados

www.planalto.gov.br

www.mc.gov.br